

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

MARÍLIA SOSSOLOTI MOREIRA DA SILVA

Economia solidária, bancos comunitários e circulação de moedas sociais: apontamentos
acerca das potencialidades e limites

Solidarity economy, community banks and circulation of social currencies: notes about
the potentialities and limits

São Paulo
2017

MARÍLIA SOSSOLOTI MOREIRA DA SILVA

Economia solidária, bancos comunitários e circulação de moedas sociais: apontamentos
acerca das potencialidades e limites

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586e Silva, Marília Sossoloti Moreira da
Economia solidária, bancos comunitários e circulação de
moedas sociais: apontamentos acerca das potencialidades e
limites / Marília Sossoloti Moreira da Silva ; orientador Carlos de
Almeida Toledo. - São Paulo,
2017.
f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. geografia. 2. geografia humana. 3. geografia econômica. 4.
economia solidária. 5. bancos comunitários. I. Toledo, Carlos de
Almeida, orient.
II. Título.

Dedicado a Paulo Moreira da Silva, meu pai.
Fonte inesgotável de força, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Entrar na Universidade de São Paulo foi um marco em minha vida, superar a barreira do vestibular não é uma tarefa fácil, ainda mais pra quem é da periferia, por isso preciso agradecer àqueles que me fizeram acreditar na possibilidade de realizar meu sonho, minha querida amiga Angélica de Luca e ao meu amigo e geógrafo Robson Guarnieri, me foram grande inspiração.

Ao meu irmão, Henrique, que sempre me apoiou nos momentos de incerteza, principalmente enquanto eu ainda era estudante de cursinho pré-vestibular. A minha mãe, Zoneide, por todos os cuidados, sempre.

Ao meu pai que sempre foi e é um forte para mim. Que se dispunha a me buscar a noite na universidade ao final das aulas, porque o transporte de volta para a periferia era muito precário. É a quem dedico este trabalho.

A geografia me proporcionou grandes encontros, amigos muito queridos que fizeram com que as aulas, os trabalhos de campo, as conversas e as cervejas no vão fossem mais alegres, mais intensas e mais críticas. Agradeço ao meu querido amigo Rafael Rodrigues, que tive a sorte de conhecer no primeiro dia de aula, por compartilhar seu tempo comigo, a Laís Pipe por ser sempre tão alegre e disposta a ter conversas sobre os nossos TGIs. A Aline Klein por me impulsionar as discussões políticas.

Agradeço ao Hugo Nicolau pelos anos de conversas e pelos mapas feito para este trabalho.

Ao camarada João Victor que se dispôs a ler meu trabalho e me ajudar com conversas regada a café.

Ao Fyllype pela construção diária da nossa parceria e por sempre me apoiar nos momentos de maior aflição causados pela produção de um trabalho de conclusão de curso.

A todos àqueles amigos que de alguma forma me ajudaram em conversas, trabalhos e grupos de estudo.

Aos anos de CEGE e parcerias que fiz lá dentro.

Ao Carlão por todas as considerações, orientações e conversas que foram feitas e possibilitaram a execução deste trabalho.

A professora Amélia Damiani pelas suas aulas e conversas, que sempre foram muito intensas para mim.

Ao ITCP, pela acolhida, principalmente, à Silvia Camargo.

Ao Cléberon Pereira da Silva e ao Thiago Vinícius do Banco Comunitário União Sampaio, pela disposição em me ajudar.

Aula de voo

O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.

Defendendo o que pensa saber
levanta certeza na forma de muro,
orgulha-se de seu casulo.

Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo que imagina saber
ou guardava preso o que sabia.

Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.

Mas o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta de forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa

a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como a asa.

(IASI, Mauro)

RESUMO

SILVA, Marília Sossoloti Moreira da. **Economia solidária, bancos comunitários e circulação de moedas sociais:** apontamentos acerca das potencialidades e limites. 2017
52 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Uma das práticas de atuação da Economia Solidária, em áreas periféricas e pobres, é a implantação de bancos comunitários de desenvolvimento, esses bancos utilizam moedas próprias para realizar empréstimos à comunidade a juros baixos ou sem juros, com o intuito de fortalecer as relações econômicas do bairro onde está localizado. Esse fluxo de empréstimo gera uma territorialidade que não está pautada em relações de proximidade, ao invés disso, ela é construída a partir de proximidade política e econômica. A economia solidária se propõe a resistir e tentar romper o sistema capitalista através de suas práticas, nesse sentido este trabalho busca compreender as relações criadas pela Economia Solidária, como a territorialidade gerada pelo empréstimo de dinheiro realizado pelos bancos comunitários, também é realizada uma discussão entre autores sobre sua potencialidade enquanto método transformador da sociedade capitalista, compreendendo que a economia solidária carrega a contradição dentro de si, enquanto possibilidade de sistema transformador da sociedade.

Palavras-chave: Economia solidária. Bancos comunitários. Moedas sociais. Território

ABSTRACT

SILVA, Marília Sossoloti Moreira da. **Solidarity economy, community banks and circulation of social currencies**: notes about the potentialities and limits. 2017

52 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

One of the practices of Solidary Economy in peripheral and poor areas is the establishment of community development banks, these banks use their own currencies to make loans to the community at low or no interest rates, with the purpose of strengthening the economic relations of the neighborhood where it is located. This flow of loan generates a territoriality that is not based on relations of proximity, instead, it is built from political and economic proximity. Solidary economy proposes to resist and try to break the capitalist system through its practices, in this sense this work seeks to understand the relations created by the Solidarity Economy, such as the territoriality generated by the money lending carried out by community banks, a discussion is also carried out between authors about its potential as a transforming method of capitalist society, understanding that solidarity economy carries the contradiction within itself, as a possibility of transforming system of society.

Keywords: Solidary economy. Community banks. Coins social. Territory

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Estabelecimento que aceita Sampaio.	.	.	.	26
Figura 2	Moeda Sampaio.	.	.	.	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produtos financeiros do Banco União Sampaio.	25
----------	--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Territorialidade não contínua	.	.	.	.	32
--------	-------------------------------	---	---	---	---	----

SUMÁRIO

Índice

Introdução	16
Capítulo I - Bancos comunitários de desenvolvimento e território	18
1. O nascimento dos Bancos Comunitários: Banco Palmas	19
1.1 A Dinâmica dos Bancos	20
1.2 A institucionalização dos Bancos Comunitários no Brasil	21
2. União Popular de Mulheres (UPM): a gênese do movimento solidário no Jardim Maria Sampaio	23
2.1 Consulta ao Crédito	28
2.2 Correspondente Bancário	29
3. Discussão sobre Território	30
Capítulo II - Economia solidária: limites e possibilidades	34
1. Breve Histórico sobre a Economia Solidária	35
1.1 Formação no Brasil	37
2. Debate entre autores sobre a Economia Solidária	39
3. Debate entre autores: As cooperativas	44
Considerações Finais	48
Referências Bibliográficas.	51

Introdução:

Este trabalho é compreendido como um ensaio, um movimento de estudo dentro da geografia e das ciências humanas, de modo que não há intenção de concebê-lo como finalizado, mas, sim, como o início de um processo de desenvolvimento e aprendizagem acerca da temática escolhida: Economia Solidária e Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A Economia Solidária se desdobra em diversas áreas de atuação, como Cooperativas, Fundo Rotativos, Feiras de Trocas e Bancos Comunitários; nos propomos a estudar o desenvolvimento dos Bancos Comunitários e sua integração com as comunidades periféricas em que estão inseridos, bem como o papel da Economia Solidária nessas áreas.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil estão sempre associados aos princípios da Economia Solidária, dessa forma, se faz necessário estudarmos essa prática, a fim de aprofundarmos nosso estudo acerca da temática escolhida e compreender seu processo de desenvolvimento e reprodução. Por esse motivo, o trabalho está dividido em dois capítulos, primeiro: Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Território; segundo, Economia Solidária: Limites e Possibilidades.

Teoricamente embasados nos princípios da Economia Solidária, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) são criados no interior da sociedade capitalista, em bairros periféricos, como forma de inserção das populações mais pobres, através do crédito, na circulação das mercadorias, utilizando-se de moedas próprias para os empréstimos e com intuito de desenvolvimento da economia local. Este estudo buscará compreender as dinâmicas territoriais, econômicas, políticas e sociais no que se referem à circulação das moedas sociais nos bairros periféricos. Buscando compreender os processos de circulação do capital que são (re) criados por ele, por serem também uma prática que vem tomando espaço no sistema financeiro internacional, haja visto a importância do Grameen Bank - criado em Bangladesh - primeiro banco a oferecer microcrédito, idealizado por Muhammad Yunus, ganhador do Nobel da Paz em 2006¹.

No primeiro capítulo será desenvolvido um estudo acerca da potencialidade da formação de um território a partir do Banco Comunitário, devido a sua integração com a comunidade em seu entorno e com outras áreas da cidade que possuem um vínculo com o BCD. Serão feitas discussões de territorialidade apoiadas em Raffestein. Ademais, será apresentado o histórico dos Bancos Comunitários no Brasil e o funcionamento do Banco Comunitário União Sampaio.

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2015/04/1616149-banqueiro-dos-pobres-e-nobel-da-paz-yunus-vem-ao-brasil-para-palestras.shtml> - acessado em 27/01/2017

A Economia Solidária é um tema amplamente estudado dentro das ciências humanas e embora existam muitas possibilidades de interpretação, o espaço e tempo de um Trabalho de Graduação Individual - TGI - não possibilita o aprofundamento da temática nas diversas correntes existentes, desse modo, no segundo capítulo será estudada a Economia Solidária a partir da crítica marxista. Compreendendo que este trabalho é o início de um processo de estudo, não buscamos obter respostas, mas sim questionamentos que podem resultar em um estudo mais profundo.

Escrever esse TGI foi um processo bastante difícil em diversos aspectos. Primeiro houve a dificuldade em realizar os trabalhos de campos, não pela distância, mesmo porque os campos foram feitos na cidade de São Paulo. A dificuldade consistia em conseguir acessar uma comunidade, da qual não faço parte. Ao longo da pesquisa pude perceber que a maior parte dos pesquisadores que se debruçam sobre a Economia Solidária estão inseridos nos circuitos de práticas solidárias, de forma que é mais fácil acessar as pessoas e além disso se sentir a vontade em campo.

Em diversos momentos me sentia uma pessoa estranha, uma pesquisadora da universidade, querendo estudar a periferia e as formas de “dar um jeito” que as comunidades mais carentes arrumam. Esse distanciamento que tive do bairro União Sampaio, localizado na zona Sul da capital, ao mesmo tempo que foi importante para conseguir visualizar os limites das práticas solidárias, também fizeram com que minha visão sobre tais práticas não conseguisse ser tão profunda. Talvez essa dualidade nunca seja resolvida em uma pesquisa.

Durante o percurso da pesquisa, do trabalho de campo e da escrita foi realizado um esforço para enxergar a Economia Solidária a partir de duas perspectivas, sendo a primeira relacionada diretamente a prática local, compreendo que nos limites locais, existem práticas que melhoram a vida da população concretamente, como os empréstimos, seja em Real (BRL) ou em Sampaio. A outra perspectiva, encarando esse olhar como um exercício de escala, se refere às práticas enquanto política nacional e internacional de tentativa de transformação do sistema econômico atual.

Capítulo I

Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Território

1. O nascimento dos Bancos Comunitários no Brasil: o Banco Palmas

Na cidade de Fortaleza, Ceará, entre as décadas de 1940 e 1970, o Estado passou a investir no processo de urbanização da capital, dentro da lógica de torná-la mais atrativa para os turistas, com o propósito de transformá-la numa cidade de veraneio. A população pobre que vivia na orla da praia foi empurrada para os bairros mais distantes. Em 1975, parte dessa população foi compelida, dentro do processo de especulação imobiliária, a área em que hoje é o bairro Conjunto Palmeiras e obrigada a construir suas casas em um curto prazo de tempo de 30 dias (BRAZ, 2014).

É em meio a esse imbróglio de ações por parte do Estado que os moradores do bairro começam a se organizar, fundando, em 1981, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – ASMOCONP. Através da luta dos moradores, alguns avanços foram alcançados, como distribuição de água e saneamento básico. No entanto, foi constatado que o processo de desenvolvimento de infra-estrutura gerou o aumento dos impostos, impossibilitando muitas famílias de continuarem vivendo no local, empurrando-as para áreas mais periféricas e criando um movimento de renovação da população no bairro.

Durante o ano de 1997, a ASMOCONP percebeu, através de seminários com a comunidade, grupos de jovens, parceiros externos e debate com a igreja, principalmente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que havia dificuldade em manter o dinheiro da população no próprio bairro e de estimular o comércio local, uma vez que o preço das mercadorias era menor em outros pontos da cidade e, também, porque não era oferecida a possibilidade de parcelamento dos produtos (BRAZ, 2014).

Em janeiro de 1998 é inaugurado o Banco Palmas, através do apoio financeiro de R\$ 2.000,00, doado pela ONG Cearah Periferia. Para estimular o comércio local, o Banco agia por meio do microcrédito, concedendo empréstimos que variavam de R\$ 20,00 a R\$ 100,00 e cartões de crédito. Foram criadas as moedas sociais² e parcerias com lojas locais para que o dinheiro pudesse circular mais, no entanto, dentro dos dois primeiros anos de funcionamento do Banco Palmas, sua gestão percebeu que muitos comerciantes não tinham aderido à sua lógica, nem a moeda social. Para aumentar a adesão ao circuito solidário foi realizada a parceria com a Strohalm (ONG holandesa), que deu o incentivo de R\$ 51.000,00, a fim de promover o uso e circulação das moedas sociais, para tanto, o valor foi “clonado” na moeda Palmas (BRAZ, 2014), que tinha maior uso no território, conforme Braz apresenta:

² Existem dois conceitos diferentes que se referem as moedas sociais ou locais, Braz (2014), utiliza o conceito de moeda social, assim como a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES-. De Paula (2015) utiliza o moedas locais, por acreditar que tal conceito abrange os fenômenos geográficos. Neste trabalho, será utilizado o conceito de moedas sociais, por ser mais abrangente no que se refere ao seu uso na sociedade.

A moeda social Palmas foi criada para aumentar o consumo interno no bairro e manter um circuito monetário para a geração e manutenção da riqueza no território. A sua eficiência só se efetivou com um processo intenso de mobilização e formação para a compreensão do uso da moeda social. Houve grande mobilização no bairro com a adesão da associação comercial local, que concedia 2% de desconto na compra de produtos, e o sindicato das vans, que oferecia 9% de desconto no preço da passagem.
(Braz, 2014:103)

Desde então, o Banco Palmas segue sendo um dos principais bancos comunitários do país, expandiu suas atividades em alguns setores, como a confecção de roupas, com o Palma Fashion e outros empreendimentos, como o Palmaricó, PalmaNatus e PalmaLimpe. O banco também auxilia a criação de outros bancos comunitários no território brasileiro com assessoria técnica, participando da Rede Brasileira de Bancos Comunitários³.

1.1 A Dinâmica dos Bancos

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) são instituições financeiras formadas em locais com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e têm o intuito de promover geração de empregos, organizar e desenvolver a economia local, baseando-se na autogestão e na Economia Solidária. A gênese da maioria dos bancos comunitários está associada a criação de políticas públicas, implementadas pelo Governo Federal, a partir da criação da Secretaria de Economia Solidária – SENAES – (2003), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Esse modelo de banco se diferencia dos bancos convencionais, segundo Singer (2013), uma vez que não visa o lucro, pois

A finalidade do banco comunitário não é maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza.
(Singer, 2013: 35)

É possível visualizar uma característica em comum dos bairros em que se encontram esses bancos – principalmente na cidade de São Paulo. Eles são formados por migrantes de outros estados brasileiros, que se viam obrigados a vender sua força de trabalho. Desprovidos de dinheiro, esses trabalhadores começaram a se instalar nas áreas próximas às zonas industriais iniciando a formação de bairros periféricos.

Tal incremento populacional de São Paulo não está dissociado do incremento do trabalho industrial e toda uma gama de trabalhos concretos que daí se desdobram, forjando um enorme mercado de trabalho e capitais [...] que reifica-se

³Constitui-se como uma articulação entre todos os bancos comunitários do Brasil, que estão de acordo com o termos de referência e o marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários. Todos esses bancos recém uma espécie de certificação da Rede. Atualmente a Rede Brasileira é formada por 103 bancos.

materialmente, ao ocupar e produzir espaços, dando forma concreta (e abstrata) àquilo que veio a se constituir como a metrópole de São Paulo. Em outras palavras, nos referimos à dimensão espacial subjacente à reprodução social posta e pressuposta pelo processo de metropolização de São Paulo, conformando e conformada por trabalhos concretos, práticas reprodutivas e mobilidades urbanas particulares, subjetivadas de formas também particulares, dado o momento da modernização no qual encontram-se imersos.
(Giavarotti, 2013 : 28)

Os bancos comunitários estão associados à história de luta, resistência e sobrevivência das populações periféricas. Para Singer (2013), são um importante instrumento de política pública da Economia Solidária, capazes de contribuir para a superação dos desafios das populações mais pobres – uma vez que as organiza em torno de algo que é de todos e por conseguir, muitas vezes, empregar parte da população do bairro em que esse banco está inserido.

Os BCDs, segundo Singer (2013), são uma política pública que se revela como meio eficaz de superar a crise da hegemonia do capital financeiro. Vários países, como Brasil, Venezuela, Canadá e França, segundo o autor, desenvolvem essas práticas. A inclusão financeira das populações mais pobres é uma política que visa à diminuição da pobreza a partir da liberação de crédito através dos Bancos Comunitários, uma vez que os bancos tradicionais não liberariam créditos para essa parcela da população. No entanto, como veremos mais a frente, não são todos os solicitantes de crédito que possuem condições financeiras de contrair empréstimos no banco comunitário, devido sua baixa renda, dessa forma uma parcela da sociedade não consegue se inserir no circuito solidário de crédito.

1.2 A institucionalização dos bancos comunitários no Brasil

O Banco Central do Brasil (BCB), a partir dos anos 1990, volta-se para a questão dos BCDs e, em 1999, intensifica seus esforços para a ampliação desses serviços, atuando no primeiro momento com o Conselho da Comunidade Solidária, visando à expansão do microcrédito. Diversas atividades foram realizadas em parceria entre o BCB e outras organizações – o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por exemplo –, como o *I Seminário Nacional do Banco Central sobre Microfinanças*, ocorrido em Recife em 2002.

Freire (2013) aponta que essas experiências podem ser uma opção viável para investidores, outros provedores de capital e também uma importante ferramenta de inclusão financeira, na qual as populações mais pobres têm acesso a seus serviços e produtos. É nesse bojo de discussões relacionadas às microfinanças que as moedas sociais são incorporadas ao

debate. Em 2007, o BCB aprova um projeto de pesquisa sobre a emissão das moedas solidárias e, em 2009, o Projeto *Moedas Sociais* passa a ser incorporado ao Projeto *Inclusão Financeira I do BCB*.

O processo de institucionalização dos bancos comunitários e das moedas sociais na política pública brasileira tinha o intuito de solucionar a pobreza através do acesso ao mercado financeiro, possibilitando a inserção das populações mais pobres nesse circuito, conforme aponta Freire

a expansão do setor para além da simples oferta de crédito continua a constituir um dos maiores desafios para a ampliação da oferta de serviços e produtos financeiros adequados às necessidades da população brasileira situada na base da pirâmide financeira, especialmente em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano – IDH. É nesse contexto que deve ser discutida a importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira no Brasil.
(Freire, 2013 : 44)

Embora os Bancos Comunitários de Desenvolvimento não sejam instituições regulamentadas pelo Banco Central do Brasil, eles são incluídos na categoria de instituições sem fins lucrativos, sendo considerados pela autora uma estratégia do Governo Federal para incluir as comunidades com baixo IDH no setor de microfinanças.

Para Singer (2013), os moradores de comunidades ou bairros onde estão localizados os bancos criam uma relação de pertencimento em relação a ele por se sentirem proprietários e utilizarem a instituição. O banco que estudamos, o União Sampaio, não apresenta esse sentimento de pertencimento pela comunidade, fato que pudemos constatar através das entrevistas realizadas com os comerciantes do bairro e que serão vistas no próximo item deste trabalho.

É justamente essa relação de propriedade/usuário do Banco que, segundo Singer (2013) não gera a intenção apenas de lucro (chamado de sobre na Economia Solidária), mas sim uma forma de administração que possa contemplar os moradores do bairro que o utilizam.

O banco comunitário é destinado as populações que normalmente realizam suas compras em outros bairros, onde o preço das mercadorias é mais baixo que nas áreas em que elas habitam. Através dessa relação foi percebida a necessidade de fazer com que o dinheiro da população circulasse dentro do próprio bairro, de forma a manter a “riqueza” local. Para isso, foram criadas as moedas sociais com a finalidade de estimular o comércio local, uma vez que alguns estabelecimentos, parceiros dos bancos comunitários, passam a aceitá-las.

O banco comunitário cria uma moeda social que será pareada com o Real (BRL), ou seja, R\$1,00 vale \$1,00 em moeda social, seguindo a norma do Banco Central. Dessa forma,

quando o credor, ao chegar ao Banco Comunitário, ele poderá contrair um empréstimo em reais ou em moeda social. Na maioria dos bancos a vantagem em contrair empréstimos em moeda social é que não há juros, de forma a estimular o uso das moedas sociais e intensificar as vendas dos comerciantes locais .

A inclusão financeira foi uma política pública inserida na sociedade brasileira a partir dos anos 2002, com propósito de combater a pobreza e, por conseguinte, as desigualdades sociais. No seio dessa prática, temos a política de distribuição de renda através de programas como o Bolsa Família. (De Paula, 2015)

2. União Popular de Mulheres (UPM): a gênese do movimento solidário no Jardim Maria Sampaio

No município de São Paulo existem quatro Bancos Comunitários de Desenvolvimento, são eles: Apuanã, no Tremembé (Z/N), Paulo Freire, na Cidade Tiradentes (Z/L), Autogestão e União Sampaio ambos na zona Sul da Capital, nos bairros Jardim São Luíz e Campo Limpo, respectivamente (De Paula, 2015). Nesta pesquisa, estudaremos o último mencionado.

O Banco União Sampaio está localizado no Jardim Maria Sampaio, bairro que pertence ao distrito do Campo Limpo. Segundo dados do INFOCIDADE⁴, 2010 o Campo Limpo possui 211.361 habitantes⁵ e 12,80 km² de extensão.

A história do bairro se assemelha a história de outras áreas periféricas da cidade de São Paulo. Formado majoritariamente por migrantes nordestinos, é conhecido popularmente como o Ceará Paulista⁶. Seu processo de formação está diretamente associado à luta por melhorias de infraestrutura realizada pela ONG UPM - União Popular de Mulheres.

A União Popular de Mulheres nasce em 1987, sendo é resultado do acúmulo de lutas que se iniciaram na década de 1960 (Pudenzi, 2015). Dois núcleos de atuação foram importantes para sua estruturação, o chamado Clube das Mães e o Serviço de Orientação da Família – liderados por mulheres que lutavam no Campo Limpo e adjacências, eles buscavam melhorias para a saúde da mulher, bem como creches e benfeitorias para o bairro. Outra atividade realizada, num contexto extremamente hostil às mulheres periféricas, foi a alfabetização, pelo método Paulo Freire, em plena ditadura militar.

⁴ Site da prefeitura de São Paulo que informa a quantidade de habitantes do município. por distrito.

⁵ Não há dados sobre os habitantes do Jd. Maria Sampaio, porque o IBGE e o INFOCIDADE trabalham com os habitantes do distrito e não dos bairros. Além disso, o limite dos bairros não é bem delimitado.

⁶ <http://www.spbairros.com.br/tag/bairros-campo-limpo/> - acesso 13 de julho de 2016.

A partir de 1995, a UPM passa a possuir uma sede não própria. Isso é importante, uma vez que é possível o desenvolvimento de outras atividades no espaço, como ações com os idosos, orientação familiar e algumas atividades pautadas na Economia Solidária, como a feira de trocas.

A entidade passa a agregar novas atividades e focos de atuação, relacionada às mudanças na realidade do seu território de atuação e da estrutura do Estado brasileiro. Destaca-se, dentre essas atividades, o foco na cultura e na economia, por meio de ações de economia solidária (Pudenzi, 2001:11)

As práticas solidárias da UPM já eram conhecidas, desde 2011, pelo ITCP-USP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo⁷ – que acompanhava de perto seu trabalho. É dessa ligação entre o ITCP-USP e a UPM, que surge a intenção de formar agentes que possam atuar no bairro em busca de melhorias para a população. Cria-se então o Banco União Sampaio (2009) com o apoio do primeiro banco comunitário brasileiro, o Banco Palmas, uma vez que este capacita agentes para a formação de outros bancos. Além disso, o ITCP-USP proveu uma quantia de R\$ 8.000,00⁸ para criação e fundo do Banco. Houve também o empréstimo, sem data para pagamento, das Irmãs Cáritas de Jesus no valor de R\$ 10.000,00, e doações de pessoas físicas que somaram um total de R\$ 2.000,00 (De Paula, 2015).

Outra fonte de financiamento do banco é conseguida através da participação dos editais das SENAES. Por meio delas o Banco tem acesso a um auxílio financeiro destinado ao pagamento de dois funcionários. No entanto, esse auxílio é interrompido ao final de um edital e espera do resultado de outro – período chamado de *gap* (De Paula, 2015). Durante esse intervalo emergem outras formas do banco conseguir dinheiro.

Uma de suas atividades, desenvolvidas durante o *gap* das chamadas públicas, foi o Projeto Catarse⁹. Conforme aponta De Paula, esse projeto é fruto de uma união acadêmica que conseguiu arrecadar R\$ 20.000,00. Outra fonte de renda se dava por meio de palestras e minicursos.

⁷ ITCP-USP é um órgão vinculado a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, uma de suas principais atividades é acompanhar grupos autogestionários a fim de incentivar a Economia Solidária.

⁸ Esse valor fazia parte dos R\$ 50.000,00 fornecidos do Banco Popular do Brasil (subsidiária do Banco do Brasil, criada para atender pessoas de baixa renda) que destinou a verba para a capacitação de Bancos Comunitários em correspondentes bancários (explicado no subitem 2.3.2).

⁹ Projeto Catarse é uma plataforma digital, utilizada para financiamento coletivo, onde as pessoas inscrevem seus projetos. São aceitos projetos de diversas áreas, como: arquitetura e urbanismo, artes, ciência e tecnologia, cinema e vídeo, design e moda, educação, esporte, fotografia, gastronomia, jogos, jornalismo, literatura, música, pessoais, quadrinhos, socioambiental, e, teatro e dança. A plataforma ajuda a arrecadar o dinheiro e fica com 13% do valor arrecadado.

Também foi criada uma agência de cultura para financiar projetos culturais, chamada Agência Solano Trindade, pela qual o banco tornou-se representante de coletivos artísticos. Segundo o gestor do banco, Cleberson da Silva Pereira, a agência e o banco existem conjuntamente. A agência ao representar juridicamente coletivos artísticos, fica com 10% do lucro obtido – por exemplo, se um coletivo realiza empréstimo no banco para produzir um CD, 10% do lucro da venda será para a agência Solano Trindade. Todas essas atividades desenvolvidas são os motivos que causaram o aumento da carteira de crédito, somando um total de R\$ 40.000,00.

O Banco União Sampaio atua em várias esferas distintas, são quatro linhas de créditos: consumo, produtividade, cultura e “puxadinho”, conforme demonstra o quadro 01.

Quadro 01: Produtos Financeiros do Banco União Sampaio-SP (2014)

Linha de crédito	Moeda	Funcionalidade	Limite de valor por empréstimo	Número máximo de parcelas	Taxa de Juros (%)	Valor da carteira da linha de crédito
Crédito de Consumo	Sampaio (S\$)	Utilizado nos comércios locais e pagamentos de dívidas	300	3	1,50 até 2,5%	5.000,00
Crédito Produtivo	Real (R\$)	Utilizado para criar novos negócios, para comprar insumos, equipamentos de negócios já existentes e reforma	1000	10	1,50 até 2,5%	25.000,00
Crédito Cultural	Real (R\$) e Solano (S\$)	Produção de livros, CDS, Shows, dentre outros	1000	À negociar	1,50 até 2,5%	10.000,00
“Puxadinho”	Real (R\$)	Construção e reformas de casas	À negociar	10	1,50 até 2,5%	10.000,00

Fonte: De Paula (2015).

O Crédito de Consumo é o empréstimo destinado para compras de alimentos e outros produtos de primeira necessidade, que podem ser encontrados no comércio local, bem como para o pagamento de dívidas realizadas nesses estabelecimentos. Por isso, seus empréstimos

são realizados na moeda Sampaio, aceita em alguns comércios do bairro, como o açougue (foto 1) e mini-mercado.

Foto 1: Açougue Silvestre



Estabelecimento que aceita a moeda Sampaio

Foto: Marília Sossoloti (09/01/2017)

Silvestre é o proprietário do açougue do bairro. Desde o início da implantação e circulação das moedas Sampaio, o estabelecimento passou a aceitá-las. O proprietário nos contou que quando começou a utilizar a moeda Sampaio (foto 2), suas vendas aumentaram em 20% – com esse salto de vendas Silvestre contraiu empréstimo em um banco convencional e reformou seu açougue. O empréstimo não foi realizado no banco União Sampaio, porque o valor contraído era alto demais para o banco comunitário.

Após a reforma, as vendas no açougue triplicaram, no entanto, o total de vendas em Sampaio ficou em apenas 5%. Para Silvestre, isso se deve porque o fundo do caixa do banco é pequeno, dessa forma o dinheiro demora para circular. Durante o período de entrevista, aproximadamente 3 horas, nenhum cliente pagou as compras em moeda social, muitos pagaram com dinheiro, cartões de débito e crédito, além daqueles que “penduravam” a compra para pagar no final do mês.

Em outro estabelecimento, uma perfumaria, em conversa com o proprietário, Natan, nos disse que a entrada de Sampaio era menor que 10% do fluxo de caixa e, dessa forma, a moeda não tinha muita importância para ele e suas vendas. Na casa de ração, o dono,

Eduardo, não aceitava as moedas pois, segundo ele, como era sozinho no estabelecimento, não tinha tempo de trocá-las no banco. Ainda em outro estabelecimento, uma drogaria, o proprietário disse que não conhecia o banco comunitário, mesmo ele sendo localizado duas ruas acima do estabelecimento.

Todos os comércios visitados aceitam cartões de crédito, além disso, alguns ainda “penduram” as contas, de forma que existem outras maneiras de consumir os produtos sem que se tenha dinheiro no ato da compra.

Para Thiago Vinícius, membro da UPM, o alcance do banco é limitado pela falta de dinheiro. Para ele seria necessário um cálculo de 1:1000, ou seja, em um dia o banco deveria alcançar mil pessoas para que fosse um projeto forte na periferia.

Foto 2 - Moedas Sociais



\$1, \$2, \$5 e \$10 Sampaio

Foto: Marília Sossoloti

O Crédito Produtivo, maior valor da carteira de crédito, é destinado para melhorias dos comércios locais e microempreendimentos. Segundo De Paula (2015), em outros bancos comunitários, essa é a carteira destinada a reformas residenciais. No entanto, o Banco União Sampaio criou mais uma carteira, específica para tal atividade, o chamado “Puxadinho”. Talvez isso possa demonstrar a quantidade elevada de reformas feitas nas casas do bairro Jd. Maria Sampaio. É importante destacar que nas periferias as obras nos terrenos são contínuas, já que as famílias buscam construir mais cômodos para abrigar membros que casam ou outros familiares, os chamados “puxadinhos”.

Merece destaque, entre as linhas de crédito, o chamado Crédito Cultural – concedido e avaliado pela Agência Solano Trindade, que divide o espaço com a UPM –, criado para fomentar as manifestações artísticas, que são presentes em grande quantidade no bairro (algo visível, por exemplo, nos grafites das paredes). Parte dessa ebulição cultural está relacionada ao fato de a zona Sul de São Paulo possuir uma expressão artística periférica de destaque¹⁰.

No entanto, o diferencial do Crédito Cultural é que o solicitante não necessita residir próximo ao banco, os empréstimos são realizados para coletivos artísticos que são parceiros da Economia Solidária, como trataremos a frente.

2.1 Consulta ao Crédito

Uma característica que diferencia o Banco Comunitário do chamado Banco Convencional (Singer, 2013) são os mecanismos de análise de crédito para a concessão de empréstimos. Segundo De Paula (2015), são três etapas que fazem parte desse processo: Análise de Crédito (AC), Aval Solidário (AS) e Conselho de Análise de Crédito.

No primeiro momento, a Análise de Crédito (AC), o requerente chega ao banco e preenche uma ficha cadastral socioeconômica com seus dados pessoais e orçamento, em seguida explica, ao funcionário do banco, o porquê deseja contrair o empréstimo e o quanto necessita. No passo seguinte, o chamado Aval Solidário (AS), um funcionário do banco, ou às vezes os dois funcionários, saem pelo bairro em busca de referência sobre o requerente com a comunidade.

Nesse momento a comunidade se torna avalista do empréstimo, numa relação em que é a administradora do dinheiro, podendo conceder ou não o empréstimo. Contudo, a parte da comunidade que participa do AS são os que já contraíram empréstimos com o banco e conseguiram pagar, não sendo todos os moradores do entorno que participam. A terceira e última etapa do processo de concessão ao crédito, o chamado Conselho de Análise de Crédito, os gestores analisam as informações recolhidas e decidem se devem ou não conceder o empréstimo.

Durante conversa com o gestor do banco, Cléberson expôs que existe um perfil dos usuários que contraem os empréstimos. É um público que possui algum tipo de renda, mesmo que tenham “nome sujo”. O empréstimo pode ser feito porque órgãos como o SERASA e SPC não são levados em considerações para a análise de crédito. Todavia, muitas pessoas que

¹⁰ Principalmente no que refere à organização de saraus e coletivos, como o sarau da Cooperifa que acontece no Jardim São Luiz e possui poetas de destaque na literatura marginal, como Sergio Vaz e Férrez. (Nascimento, 2011.)

buscam saída financeira emergencial, através dos empréstimos concedidos pelo banco União Sampaio, não alcançam seus objetivos, pois para o banco é necessário haver certeza que o dinheiro emprestado será pago, caso contrário, outras pessoas não conseguirão utilizá-lo, bloqueando assim a dinâmica de empréstimos.

Isso posto, existe uma parcela da comunidade que não possui as características necessárias para contrair empréstimo, pois não possuem renda para pagá-los, mesmo que os critérios do banco solidário sejam menos rigorosos que os dos bancos convencionais. Neste momento percebe-se o limite de atuação da Economia Solidária e do banco comunitário, enquanto ferramenta de inserção das camadas mais pobres ao crédito. Mesmo que a finalidade dos BCDs seja “maximizar seu lucro, como fazem os bancos capitalistas, mas fomentar o desenvolvimento econômico da comunidade que o criou e o utiliza” (Singer, 2013: 35), ainda assim o banco precisa garantir o retorno dos empréstimos realizados. O banco comunitário não consegue inserir a parcela mais pobre da população local no circuito da economia do bairro. Isso ocorre porque ele não consegue arcar com uma taxa de inadimplência muito elevada – tal situação poderia comprometer sua existência. Ainda que não utilize as mesmas ferramentas de análise de crédito que um banco convencional, possui métodos semelhantes. Dessa forma, quem consegue crédito são aqueles que possuem alguma renda para pagá-lo, deixando de fora do circuito solidário da economia uma parcela da população que não possui nenhuma fonte de renda fixa.

O dinheiro aparece aqui como o mediador das relações, já que é através dele e da possibilidade (ou não) de pagamento que são realizados os empréstimos, seja em Reais ou em Sampaio.

2.2 Correspondente Bancário

Outra atividade comum aos Bancos Comunitários é a função de Correspondente Bancário: serviços bancários realizados nas próprias agências solidárias em parceria com a Caixa Econômica Federal. Segundo De Paula (2015), tal função torna acessível às populações mais carentes esses serviços, como também é um canal de execução entre essas populações e os programas sociais do Governo Federal, como o pagamento de Bolsa Família. Contel *apud* De Paula (2015) aponta que a função de Correspondente Bancário é uma forma de “nervos do governo”, uma vez que levam esses serviços bancários a áreas distantes do território que não as possuem.

Os correspondentes bancários também podem utilizar a estrutura técnica já existente de outros estabelecimentos, como padarias e supermercados, para executar funções bancárias, para isso é necessário apenas estar próximo a um banco para utilizar seu sistema via *wireless*.

Muitos bancos comunitários utilizam desse mecanismo para poder atrair a população do bairro e assim criar uma relação de proximidade e confiança (De Paula, 2015). No entanto, o Banco União Sampaio optou por deixar de utilizar essa ferramenta, alegando dois principais motivos: primeiro, o Banco está localizado em uma região onde já existem esses serviços de fácil acesso à população; segundo, se refere às condições de trabalho, uma vez que o trabalhador do Banco Comunitário, que atua cumprindo as mesmas funções de um bancário, não possui as mesmas condições de trabalho, como, por exemplo, salário e benefícios. Dessa forma os gestores do banco compreenderam que essa função era uma precarização do trabalho, conforme apontou Cléberson da Silva Pereira, durante trabalho de campo realizado.

3. Discussão sobre Território

Este ponto é uma proposta de discussão sobre as relações sociais e econômicas que se desenvolvem na Economia Solidária, a partir das dinâmicas territoriais, apoiando-nos no conceito de território. Em “Por uma geografia do poder”, Raffestin 1993, defende que o território se forma a partir do espaço e é conduzido por um ator sintagmático, ou seja, aquele que realiza um programa.

Em trabalho de campo, pudemos constatar que o Banco Comunitário pode ser considerado um ator sintagmático, uma vez que através dele é criada uma territorialidade. Segundo Raffestin, o espaço é anterior ao território, sendo este uma produção, a partir do espaço devido às relações que se envolvem em um campo de poder. Dessa forma, partimos do pressuposto que as relações sociais que os bancos comunitários realizam formam um território, porém ao estudarmos de perto o BCD União Sampaio, compreendemos que as relações que se desenvolvem ultrapassam os limites geográficos de continuidade territorial, visto que os “usuários” do União Sampaio, nem sempre, são moradores do bairro Jd. Maria Sampaio.

A partir da entrevista realizada em julho de 2016, com Cléberson, foi possível compreender que a dinâmica de formação do território não se desenvolve de maneira contínua e física, pois os alcances de circulação do capital bancário em questão extrapolam

os limites do bairro Jd. Maria Sampaio. Cléberson nos contou sobre a dinâmica dos empréstimos do União Sampaio. Esse banco comunitário se difere dos outros, porque a maior parte de seus investimentos é realizada para financiar movimentos artísticos, de forma que os empréstimos, realizados em dinheiro, nem sempre são feitos a credores que residem próximos ao banco, como os empréstimos realizados pelos bancos convencionais e pelo outros bancos comunitários.

O banco União Sampaio, localizado na Zona Sul, financia movimentos artísticos na Zona Norte da cidade de São Paulo, segundo Cléberson, essa prática forma um território de valores. Mesmo não havendo proximidade física os empréstimos são realizados, pois o elo de ligação entre os agentes que a compõem não são físicos e sim políticos¹¹ isso explicaria a relação de não proximidade.

As relações no espaço, desde a Renascença são compreendidas a partir de uma perspectiva euclidiana (Raffestein, 1980), dessa forma o território era composto por determinações contínuas. No entanto, as relações que modulam um território nem sempre possuem um caráter de continuidade.

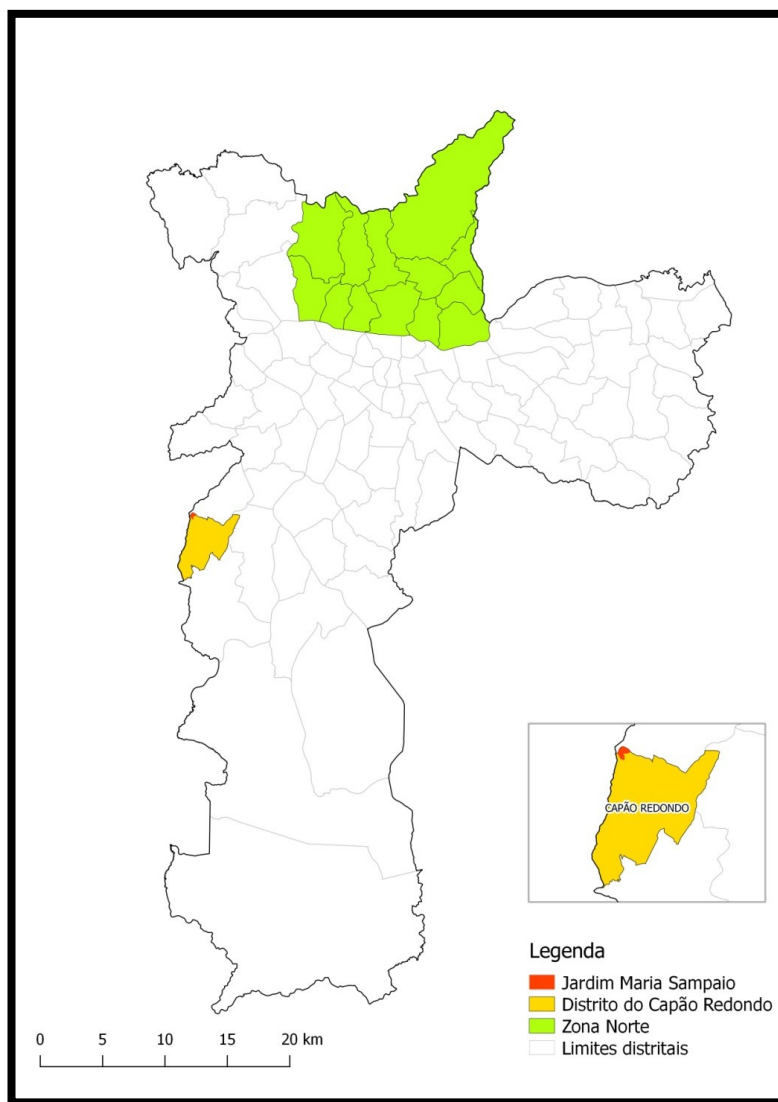
desde que o jogo estrutural funcione, a ação coordenada, bem preparada sobre o plano, não pode ter o caráter sistemático da geometria, pois intervêm então os dados reais do contexto espaço-temporal. Isso significa que se passa de uma axiomática pura para uma axiomática comandada pelo caráter probabilista e necessariamente descontínuo da ação”
(Raffestein, 1973: 146)

Isso demonstraria então, que o Banco União Sampaio forma uma territorialidade que não está diretamente relacionada a elementos próximos a ele e nem a circulação das moedas sociais, mas sim, das relações políticas e sociais que são criadas e recriadas através do banco a partir da Economia Solidária, formando uma territorialidade não contínua, chamada por eles de território de valores (mapa 1). Isso aponta que a formação do território não está necessariamente ligada a continuidade territorial.

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores.
(Raffestein, 1973: 161)

¹¹Compreendo a prática da Economia Solidária enquanto política e econômica.

Mapa 01: Territorialidade não contínua



Elaboração: Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão (01/2017)

As redes que o banco União Sampaio criou não estão necessariamente ancoradas no bairro, a construção dessas relações está mediada pelo mesmo ímpeto de resistência periférica na metrópole, aqui através de coletivos artísticos. A construção da rede territorial do banco comunitário transcende os limites das redes visíveis e físicas, uma vez que é possível enxergar um tímido desenho da rede de bancos e Economia Solidária na cidade de São Paulo, isso se deve pelos princípios que norteiam a Economia Solidária e por consequência o banco União Sampaio, que são de fortalecer as práticas solidárias.

O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.
(Raffestein, 1973:144)

As dinâmicas do banco, portanto, induzem a uma formação territorial, mesmo que ainda seja pequena, pois

toda prática espacial, mesmo que embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede”
(Raffestein, 1973:150)

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega a estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes.

O banco comunitário consegue criar territorialidade uma vez que suas relações são baseadas no consumo, seja de artigos de primeira necessidade, como empréstimo para consumo de alimentos, ou seja, atuando junto a população local ou para financiamento de coletivos artísticos, que não estão inseridos no mesmo bairro que o banco. Essa territorialidade só é possível, pois tanto o banco, como os coletivos artísticos, fazem parte da rede de Economia Solidária e, principalmente, o que permite a interligação entre o ator sintagmático banco e os coletivos, mesmo que distantes fisicamente, é a circulação do dinheiro no território.

Capítulo II

Economia Solidária: limites e possibilidades

1. Breve histórico sobre a Economia Solidária

O desenvolvimento da sociedade até os dias de hoje foi marcado pela exploração de uma classe sobre a outra¹². Na sociedade capitalista, esse processo de exploração da classe trabalhadora, historicamente fez nascer movimentos de resistência ao processo de espoliação imposto pela expansão do capital. As lutas operárias e camponesas marcam a história dos oprimidos frente a esse avanço, seja em processos que entraram para a história, como a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a luta das mulheres trabalhadoras, seja em processos diários de resistência no interior da sociedade capitalista, como a organização de sindicatos de trabalhadores e cooperativas populares, e, até mesmo, a resistência cotidiana e nossa insistência em sobreviver em meio a tanta exploração.

O nascimento da Economia Solidária está imerso no desenvolvimento da sociedade capitalista. No seio do capitalismo industrial, diante de tamanha desigualdade e violência do processo de expropriação dos artesãos, que surgem as primeiras buscas por leis trabalhistas.

Como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno.
(Singer, 2002: 24)

Frente à realidade de forte exploração, industriais mais esclarecidos buscaram leis que pudessem proteger os trabalhadores. Entre esses, merece destaque Robert Owen, proprietário de um grande complexo industrial em New Lanark, Grã-Bretanha (Singer, 2002). Owen implementou algumas mudanças em suas indústrias no que se refere a melhoria da qualidade da vida do trabalhador, como a limitação da jornada de trabalho, proibição do emprego de crianças e criação de escolas. Esse processo resultou em maior produtividade do trabalho, tornando a empresa mais lucrativa e uma referência no país.

As práticas implementadas por Owen, melhoravam a qualidade de vida do trabalhador, no entanto a estrutura de classes sociais permanecia a mesma. A partir dessa contradição entre implementação de políticas de melhoria da vida do trabalhador e manutenção da estrutura social, que realizaremos algumas indagações, no sentido de compreender quais são os reais limites de transformação que essas práticas acarretaram.

¹² “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta.” Karl, M. e Friedrich, E. O manifesto comunista, p.40

Seriam elas apenas uma forma branda de minimizar problemas futuros - como a saúde do trabalhador -, constituindo uma relação filantrópica? Uma vez que as bases da Economia Solidária são as práticas dos socialistas utópicos, existe um potencial transformador da sociedade?

Ainda baseado nos socialistas utópicos, Singer discute a importância das “Aldeias Cooperativas”, criadas por Owen no contexto de guerra vivida pela Grã-Bretanha contra Napoleão e a perda de Waterloo. Após a guerra, a Grã-Bretanha entra em um período de recessão, Owen traça um plano para que a população mais pobre fosse inserida na produção, as chamadas Aldeias Cooperativas.

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim sua própria subsistência. Os excedentes poderiam ser trocados entre as aldeias.
(Singer, 2013: 26)

Esse processo seria importante, uma vez que o Estado não era obrigado a subsidiar os mais pobres, tal prática foi a mesma inspirada na obra de Keynes e adotada pelo governo Roosevelt na recessão dos anos 1930, nos Estados Unidos. (Singer, 2002), porém na Grã-Bretanha o projeto de Owen foi rejeitado pelo governo.

A criação de cooperativas está associada, nesse contexto, ao processo de formação de sindicatos e organização da classe trabalhadora, o que Singer chama de “cooperativismo revolucionário”. Como as cooperativas criadas por Owen foram rejeitadas pelo governo da Grã-Bretanha, os trabalhadores começaram a se organizar em feiras de troca - os chamados “clubes de troca”. Foi criada, então, a “Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo”, que funcionava como um mercado onde todos os cooperados pudessem trocar seus produtos. Nessas trocas, eram utilizadas moedas próprias. Apontamos, nesse momento, talvez, a gênese das moedas sociais.

As trocas nessas bolsas não eram estritamente escambo, pois eram intermediadas por uma moeda própria: as notas de trabalho, cuja unidade eram horas de trabalho. Os bens oferecidos à venda eram avaliados pelo tempo de trabalho médio que um operário padrão levaria para produzi-los. Cada bem era avaliado por este critério por um comitê formado por profissionais do ramo correspondente. Adotou-se como padrão um operário que ganhasse seis dinheiros por hora.
(Singer, 2002:31)

As bolsas tiveram sucesso e se destacaram, tornando-se alvo de disputa dos capitalistas. Nessa conjuntura, Owen se lança como líder do movimento de implantação das cooperativas que, junto com os clubes de trocas - das chamadas aldeias globais -, foram as

influências e referências de práticas cooperativas que se desenvolveram na América Latina e no Brasil.

2.1 Formação no Brasil

Segundo Braz, o processo de consolidação da Economia Solidária no Brasil está associado a um período de organização social durante as décadas de 1970 e 1980. Nesse ínterim, surgem muitos movimentos relacionados às questões urbanas: moradias, transporte, saúde e infraestrutura, por exemplo. Esses movimentos tinham apoio de grupos progressistas da igreja, como as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – e também dos sindicatos de trabalhadores, principalmente da região do ABC, que passava por um momento de ebulição política.

A partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, conforme aponta Braz, começam a surgir diversas iniciativas no país que buscam combater o desemprego. Uma expressão desse movimento é o surgimento das empresas recuperadas pelos próprios trabalhadores em ação conjunta com os sindicatos. Nesse cenário, são criados alguns órgãos que auxiliam o processo de autonomia dos trabalhadores.

Em 1994, a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG), entidade de representação dos trabalhadores associados, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual cria a Agência de Desenvolvimento Solidária (ADS) para realizar o fomento e o apoio técnico a diversas iniciativas. No campo social, entidades da Igreja Católica como a Cáritas¹⁷, com um histórico de atuação na organização popular, começam a atuar na construção de estratégias ligadas ao mundo do trabalho. As universidades também desempenham papel importante no reconhecimento dessas novas práticas e passam a organizar projetos e programas de extensão universitária com o objetivo de auxiliar na formação de grupos produtivos solidários.
(Braz, 2014: 50).

Em 1992, começam a ser criadas as primeiras Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - doravante ITCP -, dentro do programa “Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida” pertencente às Universidades. No ano de 1995 é criada a primeira ITCP no estado do Rio de Janeiro, na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Diante dessas criações é possível vislumbrar um processo de institucionalização da Economia Solidária (Silva, 2015).

A partir dos anos 2000, a Economia Solidária ganha mais espaço no cenário nacional através de políticas de incentivo. No ano de 2003, é criada, conforme aponta De Paula (2015), no governo de Luís Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A criação dessa

secretaria faz parte do Plano Brasil sem Miséria - um programa de ações do governo federal com o propósito de acabar com a pobreza, estruturado dentro de três eixos: Eixo de Garantia de Renda, Eixo de Acesso a Serviços Públicos e Eixo de Inclusão Produtiva. A partir deste último são elaboradas as políticas para a criação dos Bancos Comunitários, com o intuito de gerar emprego e renda para as parcelas mais pobres da sociedade.

Na época, o então ministro do trabalho, Luis Marinho, declara que a Economia Solidária pode ser uma resposta importante dos trabalhadores e das comunidades pobres em relação às mudanças ocorridas no mundo (Wellen, 2012).

A partir de então a Economia Solidária passa a ser institucionalizada, enquanto política de Estado voltada para diminuição da pobreza no país, neste trabalho. É importante destacar que, a Economia Solidária é um projeto apoiado pelo Banco Mundial¹³. Nessa circunstância, nos perguntamos sobre a sua potencialidade transformadora da sociedade capitalista: é possível ser uma política do Banco Mundial e conseguir transformar o modo de produção vigente?

Wellen questiona esse caráter transformador da Economia Solidária, principalmente na obra de Singer:

Na visão dos defensores desse projeto social, o papel da “economia solidária” seria o de superar o modo de produção capitalista, implantando no seu lugar um novo ordenamento social. Para tanto, a “economia solidária” ajudaria a fomentar um processo transformador lento e gradual que, ocupando paulatinamente os interstícios do modo de produção capitalista, utilizando-se da competição no mercado com as empresas privadas, findaria com a derrocada destas.
(Wellen, 2012: 23)

Para Singer, a Economia Solidária se coloca como “implantes socialistas” nos espaços marginais do capitalismo, de forma que, assim, seria possível aumentar as forças contra o imperativo do capital. O processo de disputa da empresa solidária e da capitalista, no mercado, pode ser uma das razões pelas quais as cooperativas solidárias, muitas vezes, acabam se assemelhando às empresas privadas. Para que elas possam competir no mercado, os ganhos dos trabalhadores diminuem, o que abrange: salários, férias, descansos remunerados. Concorrer com a economia capitalista seria uma forma eficaz de superá-la? Não seria justamente ao concorrer que as práticas solidárias se tornariam mais próximas do capitalismo?

Nesse imbróglio de concorrência da Economia Solidária com a capitalista, como é possível pensar a prática dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento? Seriam eles um

¹³ Conforme consta em *Estratégia apoiada pelo Banco Mundial emprega mais de dois milhões de brasileiros* – ONU BR

ponto de resistência ao capital, ou uma outra forma de sobreviver dentro das mesmas práticas?

2.2 Debate entre autores sobre a Economia Solidária

Esse ponto tem o intuito de estabelecer uma discussão com autores que possuem diferentes concepções em relação à Economia Solidária, pretendemos identificar seus limites enquanto possibilidade de superar o modo de produção vigente, sem deixar de reconhecer os avanços locais de suas experiências.

Compreendemos as práticas da Economia Solidária em duas esferas distintas que se relacionam: a primeira é a macroestrutura econômica e política, enquanto viabilidade de transformação do modo de produção em questão; a segunda, a esfera local, identificamos transformações diretas no cotidiano das populações que participam dessas práticas, seja por meio das cooperativas ou através dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Singer aponta a importância da Economia Solidária, enquanto possibilidade de superar o modo de produção capitalista.

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade ele constitui uma síntese que supera ambos.
(Singer, 2000 :11)

Para o autor, a Economia Solidária é um modo de produção que, por inserir as parcelas mais marginalizadas da sociedade dentro da lógica capitalista, tem a potencialidade de superá-la, existindo conjuntamente com ela no primeiro momento e em seguida suplantando-a. Em contraposição, para Germer (2006), a Economia Solidária, além de não possuir o potencial de superação do capitalismo, tampouco chega a ser um modo de produção

Assim, Singer não utiliza o conceito de modo de produção para caracterizar as diferentes épocas históricas da sociedade, como Marx, embora o sugira vagamente, mas o define simplesmente como cada uma das “diversas maneiras de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços oriundos da interação de agentes especializados, inseridos numa divisão social do trabalho.
(GERMER, 2006: 2)

Germer, baseado em O Capital (Marx, 1983), aponta que as concepções de modo de produção para Marx e Singer são distintas. Para este, a sociedade possui modos de produção

distintos em seu interior, sendo que a maneira de superação de um modo de produção sobre o outro está na disputa econômica, (como a concorrência entre cooperativas de trabalhadores versus empresas capitalistas) e não nas lutas sociais. Para aquele, o modo de produção em cada momento histórico da sociedade, fundada na propriedade privada, foi uma expressão baseada na disputa de duas classes sociais opostas - que não podem conviver conjuntamente - movidas por suas contradições internas

Como resultado disto os elementos de um novo modo de produção emergem, espontânea e impremeditadamente, até atingirem uma envergadura incapaz de ser contida pelos beneficiários do modo de produção vigente, o qual encontrará seu fim sob o impacto de potências transformadoras geradas pelo seu próprio desenvolvimento.

Isto implica que a superação do capitalismo não resulta da interrupção do seu desenvolvimento, nem há outro modo de produção ao seu lado, com o qual faz uma síntese inexplicável. A mudança do capitalismo resulta do seu próprio e pleno desenvolvimento.

(Germer, 2006: 3)

Claus Germer, no artigo “A ‘economia solidária’: uma crítica marxista”, questiona a validade do argumento de Singer sobre a prática ser um modo de produção que pode superar o capitalismo. No artigo em questão, o professor defende que a Economia Solidária surge em um momento após a desagregação da União Soviética, como uma tendência da centro-esquerda a realizar reformas sociais com base no associativismo mútuo e na solidariedade dos pobres, resgatando, assim, os ideais das primeiras lutas operárias surgidas no começo do século XIX. Essas políticas emergenciais oficiais se somaram, em alguma medida, as políticas associativas espontâneas surgidas nos movimentos sociais, constituindo uma corrente heterogênea chamada: Economia Solidária.

Em seu interior surgem concepções de que há o potencial de superação do modo de produção capitalista, sendo o embrião de um novo modo de produção - para Germer essa teoria ignora a crítica marxista, haja visto que à Economia Solidária é atribuído o potencial transformador, uma vez que ela insere as partes mais pobres da população, alegando a criação de outras formas de convivência dentro da sociedade capitalista, como as cooperativas de produção, feiras de trocas, entre outros.

O potencial transformador é atribuído à Economia Solidária, segundo Wellen, porque as organizações, na maioria das vezes, são investigadas isoladamente. Esse método de análise oculta as relações sociais que são mantidas pelos seus representantes - nas cooperativas, nos bancos comunitários de desenvolvimento -, de forma que a totalidade da sociedade em que em essas organizações estão inseridas não são analisadas.

[...] pensamos que uma compreensão adequada desse fenômeno envolve um real entendimento das suas condições intrínsecas de existência. A economia solidária, portanto, deve ser compreendida na sua singularidade enquanto fenômeno, no lugar de ser objeto de explicações baseadas em determinações gerais. A perspectiva defendida neste livro exige um esforço qualitativo de interpretação capaz de apreender a dinâmica dessas experiências a partir de suas lógicas específicas de interação [...]

(Filho e Laville *apud* Wellen, 2015: 90)

Segundo Wellen, esse método, que analisa as organizações a partir de isolamento, não é o suficiente para compreender a totalidade da sociedade, uma vez que aponta uma falsa autonomia e fantasia, uma independência da organização perante o modo de produção capitalista e, também, porque imagina que seus integrantes não teriam convívio social fora dessas experiências. Muitas obras mencionam as práticas solidárias a partir das perspectivas individuais e subjetivas, de modo que não são analisadas enquanto totalidade:

Exemplares dessa matriz se referem aos estudos sobre a “economia solidária” em que autores defendem que “nessas comunidades de trabalho, autointerpretativas e autocríticas, o senso comum emancipatório teria de ser produzido “intersubjetivamente”, além de que nessas organizações deve-se objetivar o “o reencantamento com o mundo”, que “é a possibilidade de ter prazer, de erotizar as experiências, de encantar-se com aquilo que produziu”, tarefa essas que representaria “um grande desafio, especialmente nas duras e adversas condições materiais da periferia do sistema-mundo como é o caso do Brasil

(Veronese *apud* Wellen, 2015: 91)

Foi possível enxergar a crítica feita por Wellen durante trabalho de campo realizado no Sesc Santos, em agosto de 2015, quando foi visitado uma feira de troca, na qual os participantes levavam as mercadorias que queriam trocar. Tais produtos poderiam ser produzidos por eles próprios, como pães, doces, bolos, artesanatos ou até mesmo roupas e sapatos que não fossem mais utilizados. Ao chegar, à feira são atribuídos preços as mercadorias, e seu o dono recebe uma quantidade de dinheiro social equivalente ao preço o total das mercadorias. Não é necessário levar algum produto para participar, caso alguém queira comprar alguma mercadoria, é possível trocar a mercadoria dinheiro - em Real (BRL) – pela moeda social circulante na feira.

A feira funciona da seguinte forma: quem administra a distribuição do dinheiro é um banco social criado pela própria feira. São várias barracas com diversas mercadorias expostas, a compra é feita com o dinheiro social. Ao final da feira, se algum participante estiver com dinheiro social sobrando, poderá utilizar em outra feira que use o mesmo dinheiro. Não é possível trocar dinheiro social por Real (BRL).

Durante a feira, torna-se perceptível a ideia de que as trocas das mercadorias ocorrem fora da lógica do capital. Seus organizadores realizam uma roda de conversa no início, com os participantes, e ressaltam a importância de tal prática, uma vez que o dinheiro (Real-BRL)

não é utilizado. No entanto, essa análise, talvez, só possa ser feita ao deixar de lado toda a lógica que levou a produção das mercadorias presentes na feira, desde a compra do barbante para a produção de um tapete (artesanato) até a compra de frutas e farinha para a produção de um pão doce.

Os preços dos produtos expostos na feira, que são determinados pelos seus possuidores, são muito semelhantes aos preços encontrados em produtos fora dela. Como por exemplo, doces e roupas usadas encontradas em brechós. Não apresentando-se assim, como uma possibilidade mais viável para as comunidades mais pobres acessarem o universo das mercadorias.

Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo todas as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é a forma de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho.
(Marx, 1979: 87)

A mercadoria que está mediando as trocas é o dinheiro social - pareada ao Real (BRL) - dessa forma, a lógica que rege a feira solidária é a mesma que de uma feira livre, com a exceção de haver outra moeda. Uma mercadoria a ser vendida, por exemplo: um tapete, será trocado por 20 dinheiros sociais. Aqui há a transformação da mercadoria em dinheiro.

Portanto, na feira, podemos apontar a seguinte transformação:

- 1 tapete = 20 dinheiros sociais

Um artesão de tapetes ao receber 20 dinheiros sociais pelo seu tapete, pode agora comprar outra mercadoria que ele desejar, por exemplo: 2 bolos. Logo:

- 1 tapete = 20 dinheiros sociais = 2 bolos, sendo o processo de circulação simples de mercadorias M-D-M.

Na feira solidária vemos a troca simples de mercadorias saindo da mão de um possuidor, no qual a mercadoria não possui valor de uso e passando para outra pessoa, através da mediação do dinheiro social. Esse modo de trocar as mercadorias não altera as relações de trocas de mercadorias fora da feira, ao contrário reproduzem os mesmos métodos, no entanto para uma pessoa que está participando da feira a sensação pode ser de que as trocas que são realizadas ali são diferentes. Segundo Wellen (2012), isso se dá porque as experiências solidárias são estudadas a partir da subjetividade dos indivíduos que participam dela, separando o sistema capitalista que está do “lado de fora”.

Para o autor, a utilização de pressupostos metodológicos que isolam as práticas da Economia Solidária, limitando-se aos espaços internos das organizações não são o suficiente para explicar a possibilidade de superação do sistema capitalista. Segundo o autor, esses pressupostos estão ancorados no movimento pós-modernista, que entre outras características “tenta romper com a importância da totalidade social como base da análise da realidade” (Wellen, 2012), analisando os fatos isoladamente, a partir de uma visão fragmentada da história.

Embora essas práticas da Economia Solidária, nos locais visitados, consigam inserir no circuito do consumo parte da população, que talvez, pudesse obter maior dificuldade de inserção, não chega a ser um processo que altere de alguma maneira a lógica do capital, embora também a maior parte dos integrantes da feira não estivessem buscando por isso. É possível ver que há uma diferença ideológica entre os participantes e os organizadores, sendo visível que o segundo grupo deposita nessas práticas muito mais crença na possibilidade de transformação.

Tanto os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como as Feiras de Trocas, utilizam moedas sociais, pareadas ao Real (BRL), no intuito de fortalecer a economia local, seja no bairro, para os primeiros, seja no espaço da feira, para os segundos. A concepção que a utilização de outra moeda possa fortalecer as relações econômicas não compreende a moeda como uma mercadoria, e sim, apenas como moeda.

Marx (1975) aponta que a moeda não é uma coisa, ela é uma relação social, em determinado momento da história o ouro e prata eram as moedas utilizadas, devido a facilidade de sua circulação

Uma vez que se tenha reconhecido a necessidade de um agente particular de troca, ou seja a necessidade da moeda, só resta explicar porque esta função particular é atribuída ao ouro e à prata, de preferência a qualquer mercadoria. É esta uma questão secundária que não se explica mais pelo encadeamento das relações de produção, mas pelas qualidades específicas inerentes ao ouro ou à prata como matéria.
(Marx, 1975: 70)

Atualmente a moeda circulante é em papel-cédula. De forma, que não importa qual é a composição física da moeda utilizada, uma vez que ela representa um relação social, que é a do modo de desenvolvimento capitalista. A substituição do Real (BRL) por moeda social, seja Sampaio ou qualquer outra não será capaz de produzir outra relação social porque a moeda é fruto da relação social em que estamos inseridos e não é ela quem determina a relação social.

2.3 Debate entre autores: As cooperativas

A Economia Solidária traz consigo interpretações distintas no que se refere ao seu poder transformador da sociedade, nesse texto não pretendemos criticar as práticas solidárias enquanto forma que melhora a qualidade de vida de seus membros, principalmente nas comunidade mais periféricas. Porém pretende-se manter o olhar atento vislumbrando suas limitações enquanto transformador da sociedade. Pudemos perceber que para muitos autores, a Economia Solidária se coloca enquanto farsa de transformação social.

Este ponto é um ensaio, uma tentativa de discutir a questão das cooperativas na sociedade capitalista, a partir de autores que possuem perspectivas teóricas distintas. Embora não seja o nosso objeto de estudo, as cooperativas, por serem uma das práticas mais fortes da Economia Solidária merecem discussão.

Para Singer é possível existir cooperativas regidas por lógicas que não sejam a do capital, para o autor essas são as empresas solidárias e diferem das capitalistas porque:

Na empresa capitalista os salários são escalonados tendo em vista maximizar o lucro [...] Na empresa solidária o escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que têm por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe menores retiradas.
(Singer, 2000:15)

As cooperativas são a forma de organização dentro da Economia Solidária que podem possuir os princípios socialistas, segundo Singer, são o caminho para se chegar numa sociedade socialista:

Eu diria que a economia não capitalista se caracteriza basicamente por princípios socialistas ou cooperativistas; que é exatamente a mesma coisa, pelo menos, ao ver de Marx e ao ver de Lênin. Não tem nenhuma diferença.
(Singer *apud* Menezes, 2005: 163).

Apoiado em Marx e em Lênin para corroborar com seus argumentos Singer coloca as cooperativas como momento importante para a transformação do modo de produção capitalista. No entanto, segundo Menezes (2005) as cooperativas para Lênin tinham mais importância após a Revolução de Outubro, não estando no horizonte do projeto pré-revolucionário. Sua importância se dava principalmente na questão da agricultura da Rússia. Para Lênin, as cooperativas dentro da sociedade capitalista manteriam o mesmo caráter da sociedade burguesa, e foi apenas, após a NEP (Nova Política Econômica) que a cooperação passa a ser um instrumento importante de organização.

“Nova Política Econômica” se fazia imperativo “que toda a população sem exceção [participasse] nas cooperativas” e para este objetivo “é necessária toda uma época

histórica e (...) que no melhor dos casos” os resultados só seriam colhidos “após dois decênios”
(Lênin *apud* Menezes 2005: 165)

As cooperativas, para Lênin, não faziam sentido enquanto prática micro, local ou apenas na instituição familiar, elas eram uma possibilidade de produção em uma economia socialista. Dessa maneira, as ideias de Singer vão de encontro às de Lênin, no que se refere às cooperativas enquanto método e possibilidade de constituição de uma sociedade socialista (Menezes, 2005). Além disso, as cooperativas não estão relacionadas ao comércio de produção simples de mercadorias, mas sim a uma rede complexa que possa fazer frente ao modo de produção. Não é um retorno à produção simples de mercadoria como deseja Singer e nem ao comércio circunscrito na troca entre associados, como ocorre nos “clubes de troca”, e nas cooperativas, mas sim superar o “comércio à maneira asiática (...) para fazer comércio à maneira européia” (Menezes, 2005). Dessa forma, para Lênin, o cooperativismo está diretamente associado ao socialismo, sendo esse seu pressuposto e não o contrário como aponta Singer. Uma prática cooperativa, sem uma sociedade socialista, para Lênin caracteriza-se enquanto um

socialismo cooperativo’ [é] uma pura fantasia, qualquer coisa de romântico e mesmo trivial pelo seu sonho de que é possível transformar pela simples cooperativização da população os inimigos de classe em colaboradores de classe, e a guerra de classes em paz de classes (a chamada paz civil).
(Lénine, 1979: 661)

Para Marx, as cooperativas expressam algumas possibilidades positivas, porém, elas só podem atingir total potencialidade numa outra forma de organização social:

“ele só pode desabrochar, “com gosto, entusiasmo e alegria” quando as formas “transitórias e inferiores do trabalho (trabalho escravo, trabalho servil, trabalho assalariado) desaparecerem diante do trabalho associado”
(Marx, *apud* Menezes, 1983: 319)

Em Crítica ao Programa de Gotha (Marx, 1975), na tese três que incluía a criação de cooperativas de produção para a solução de problemas sociais, Marx critica o Partido Operário Alemão. Nesse ponto do programa estava relacionado à social democracia alemã e não ao socialismo científico, como no Manifesto Comunista. Marx, nesse livro, discorda sobre a criação das cooperativas, pois para ele a participação do Estado na criação e não dos operários é um erro, ao pensar que com a ajuda do Estado se consegue a autonomia do povo trabalhador. Colocar as prioridades para o Estado governar, é para Marx, assumir que a classe operária não está no poder e que nem tem maturidade o suficiente para isso.

No que se refere às actuais sociedades cooperativas, estas só valem enquanto sejam criações independentes, dos próprios trabalhadores, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses.
(Marx, 1975 : 49)

Para Menezes, a referência que Singer faz à Marx e a Lênin além de estar completamente equivocada, no que tange às cooperativas enquanto possibilidade de chegada a uma sociedade socialista está mais relacionada aos dogmas do terceiro setor, como a autogestão, a horizontalidade das decisões, a gestão participativa. Ademais, para a autora, as premissas de Singer além de não se aproximarem do socialismo científico, também estão distantes do utópico, pois os expoentes dessa corrente, Saint Simon, Fourier e Owen se preocupavam em transpor os pilares do capitalismo, como a propriedade privada, a religião e a forma do casamento, principalmente Owen que regulara o trabalho feminino e infantil. Além de conceber que sua fábrica em New Lanark era igual às outras fábricas da Inglaterra, o industrial também percebeu assim, a ineficácia de experiências isoladas. Desse modo, para Menezes os socialistas utópicos estavam mais avançados em suas práticas e proposições que Paul Singer.

Nesse sentido, os socialistas utópicos viam, no conjunto dessas medidas, apenas um remendo conciliador com a ordem burguesa. Portanto, Owen, Fourier e Saint-Simon, estavam mais próximos de um projeto de mudança da sociedade capitalista do que o “socialismo” de Singer no final do século XX e início do século XXI.
(Menezes, 2005 : 175)

Menezes (2005) aponta que a prática da Economia Solidária é de cunho salvacionista, segundo a autora uma parte da esquerda ter se voltado para essa prática na busca de transformações sociais demonstra a decadência do pensamento crítico através da instabilidade política, principalmente no que tange o quadro político brasileiro após o governo FHC, com as esperanças de superar o capitalismo a Economia Solidária é entendida como um anticapitalismo romântico e socialismo utópico.

As cooperativas de trabalho, na Economia Solidária, embora permitam ao cooperado maior autonomia no que tange a questão de horário de trabalho e decisões sobre a produção, segundo Wellen (2012), em alguns pontos é um atraso para os trabalhadores porque está relacionado a um processo de precarização do trabalho, principalmente quando se refere aos direitos trabalhistas. Quando discutimos as relações de trabalho nas cooperativas nos deparamos com formas de contratação de trabalho que buscam burlar os direitos trabalhistas, ancoradas na Consolidação das Leis de Trabalho, como no artigo 442, que diz: “qualquer que seja o ramo da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus

associados, nem estes e os tomadores de serviços daquela” (Wellen *apud* Palmeira Sobrinho, 2012, p. 219).

Segundo Wellen, os partidários da Economia Solidária dividem as cooperativas entre aquelas que realmente são solidárias e as outras (capitalistas), criadas para explorar mais o trabalhador e não pagar direitos trabalhistas, entretanto, para o autor essa separação entre cooperativas solidárias e capitalistas é uma forma crença no projeto da Economia Solidária.

Ainda que essa fronteira proposta para distinguir as ‘autênticas experiências de economia solidária’ das falsas cooperativas seja bastante tênue, o que impossibilita uma fiscalização eficiente dessas organizações, tal distinção torna-se necessária para uma maior aceitação social da ‘economia solidária’. Ao ser vista com condições similares de trabalho de uma cooperativa de trabalho que funciona como depósito de mão-de-obra precária a serviço do capital, as qualidades alegadas supostamente transformadoras, mas também progressistas caíam por terra. Assegurar essa distinção, ainda que seja apenas em termos semânticos, representa uma forma de sobrevivência da ‘economia solidária’ dentro de vários corações e mentes.
(Wellen, 2012 : 227)

Wellen (2012) destaca que houve um aumento das cooperativas de trabalho no Brasil, a partir dos anos 1990:

75% dessas cooperativas foram criadas a partir de 1992, apresentando-se como uma consequência direta da política de flexibilização e precarização das relações de trabalho, das privatizações e da recessão econômica.
(Wellen *apud* Veiga e Fonseca : 219)

Para o autor, o que explica o processo de expansão de cooperativas no Brasil é sua inserção dentro do processo de reestruturação produtiva, que ocasionou o barateamento da força de trabalho, marcado principalmente pela inexistência de direitos trabalhistas.

Considerações Finais

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, se apresentam na sociedade capitalista, como uma forma, de inclusão das parcelas mais pobres da sociedade no circuito de financeirização da economia, sendo uma prática da Economia Solidária. No entanto, encontram limites em sua potencialidade de atuação, que são maiores que sua capacidade de transformação do modo de produção vigente. A limitação do crédito àqueles que possuem alguma comprovação de renda, demonstra a contradição da intenção, de oferecer crédito aos mais pobres, e poder fornecer àqueles que podem pagar.

Compreendendo o limite de atuação do Banco Comunitário União Sampaio, seus gestores buscaram expandir suas ações territorialmente, saindo unicamente do bairro, a fim de expandir também as práticas da Economia Solidária. É justamente esse processo de expansão dos empréstimos que consegue construir uma territorialidade gerada pelo BCD, a partir da circulação do dinheiro no território formado. O território formado pelo BCD, está gerado nas bases da Economia Solidária, e existe exclusivamente devido o intuito de expansão dessas práticas.

A Economia Solidária, embora possua a intenção de romper com o modo de produção capitalista, encontra limites de atuação, que ao nosso ver, se deve ao fato de se tratar de uma prática que visa transformações locais a fim de somá-las e chegar a ruptura do modo de produção atual.

Durante percurso da pesquisa, do trabalho de campo e da escrita foi realizado um esforço para enxergar a Economia Solidária a partir de duas perspectivas, sendo a primeira relacionada diretamente a prática local, compreendo que nos limites locais, nesse caso, o bairro existem práticas que melhoram a vida da população concretamente, como os empréstimos, seja em Real ou em Sampaio. A outra perspectiva, encarando esse olhar como um exercício de escala, se refere às práticas solidárias enquanto política nacional e internacional de tentativa de transformação do sistema econômico vigente.

Lefebvre (2006) em “Produção do Espaço” afirma que os sistemas econômicos distintos produzem espaços diferentes também.

O modo de produção organiza – *produz* – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza. Seja dito, *en passant*: o socialismo engendrou um espaço? Se não, é que o modo de produção socialista ainda não tem existência concreta. O modo de produção projeta essas relações no terreno, o qual reage sobre elas. Sem que haja correspondência exata, definida de antemão, entre as relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). Não se pode afirmar que o modo de produção capitalista tenha, desde o início, “ordenado”, por inspiração ou inteligência, sua extensão espacial, destinada a se entender em nosso tempo ao planeta inteiro!

(Lefebvre, 2006 : 8)

Possivelmente, essa afirmativa seja o gancho para se pensar, a posteriori, como a produção do espaço se desenvolve nessas áreas de práticas de Economia Solidária, se é possível visualizar uma produção distinta da do modo capitalista, ou se pelo menos existe a possibilidade de sua formação. Durante os campos realizados e a pesquisa não foi possível encontrar essa nova possibilidade de produção do espaço, isso porque a lógica econômica é a mesma, por exemplo, os empréstimos feitos pelos banco só podem ser realizados para àqueles que de alguma maneira podem pagar, mesmo que esses credores, não pudessem fazer empréstimos em bancos convencionais, eles possuem alguma garantia de renda. Dessa forma quem está inserido no capitalismo periféricamente, da forma mais precária, continua sem poder realizar empréstimos.

Outro ponto que nos mostra o limite da criação de um novo espaço a partir da Economia Solidária foi a Feira de Trocas realizada no SESC- Santos. Embora a ideia principal da feira fosse trocar mercadorias, sem a mediação do dinheiro Real (BRL), ainda assim havia uma moeda em circulação para poder equipar o valor de troca das mercadorias, que cumpria a mesma função que o Real (BRL), uma vez que a moeda circulante é apenas a expressão de uma relação social e uma moeda paralela a moeda padrão não pode produzir um novo modo de produção.

Todos os comércios visitados no bairro Jardim Maria Sampaio, que aceitam Sampaio, entre eles um dos mais antigos, o açougue Silvestre, possuem um fluxo de caixa muito maior de Reais, aproximadamente 95% e apenas 5% em Sampaio, de acordo com o proprietário do estabelecimento. Assim a lógica de consumo e o modo de produção se mantem o mesmo, o capitalismo, impossibilitando uma nova produção do espaço. Embora seja criada uma territorialidade a partir do banco e da circulação de dinheiro gerada a partir dele, essa territorialidade é formada dentro do sistema capitalista. O que nos faz entender, que a Economia Solidária não alcança seu desejo de transformação econômica, mas que, sem dúvidas, realiza pequenas transformações locais.

Uma perspectiva de estudo que não foi possível realizar durante esse trabalho de graduação, mas que possui potencial para aprofundamento são as relações do vivido, percebido e concebido, que Lefebvre aponta em sua obra, porque é possível enxergar camadas de atuação que se sobrepõe na teoria e, principalmente, no que é a prática da Economia Solidária.

Esse duplo olhar sobre a Economia Solidária se deve porque durante a pesquisa, pudemos perceber que os autores que a estudaram, principalmente, a partir de uma ótica marxista, não conseguiram (ou não mencionaram) os avanços dessa prática no âmbito local. Após a pesquisa e, principalmente, após os trabalhos de campos foi possível enxergar a contradição que essa prática carrega em si, que talvez não seja uma contradição, melhoria imediata de parcelas das populações mais pobres, dentro das práticas de empréstimos solidários, mesmo com suas limitações enquanto banco, sem que haja alteração as estruturas econômicas. Por fim, esse TGI, é também uma defesa do trabalho de campo no curso de geografia, pois foi apenas a partir dele que conseguimos enxergar, talvez não compreender ainda, as contradições que carregam as práticas ditas solidárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. **Os dilemas de estar no fio da navalha: A experiência do banco palmas e suas práticas cotidianas**. Tese (doutorado – programa de pós-graduação em psicologia. Área de concentração: Psicologia social)- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2014).

CRUZ, Ney Hayashi da. **BB vai absorver Banco Popular, após 144 milhões sem prejuízos**. 2008. Folha on line. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/estrategia-apoiada-pelo-banco-mundial-emprega-mais-de-dois-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. (2013). **A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira** in *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. pp.41-59

GERMER, Claus. **A “economia solidária”: uma crítica marxista**, in : Revista Outubro, n 14, São Paulo: Alameda, 2006

GIAVAROTTI, D. M. **O Jardim Ibirapuera da imposição à crise do trabalho** 2013 Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006

MENEZES, Maria Thereza C. G. de. **Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Centelha, 2 edição, 1979.

_____. **Miséria da Filosofia**. Livraria Exposição do Livro, 1975.

_____. **O Capital**. Abril Cultural, 1983.

NASCIMENTO. Érica Peçanha do. **É tudo nosso: produção cultural na periferia paulistana**. Tese (doutorado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social. São Paulo (2011).

ONU BR. **Estratégia apoiada pelo Banco Mundial emprega mais de dois milhões de brasileiros**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/estrategia-apoiada-pelo-banco-mundial-emprega-mais-de-dois-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em: 09 set. 2017.

PAULA, Carolina Gabriel de. **Do território ao lugar: bancos comunitários, moedas locais e o circuito inferior da economia urbana em São Paulo – SP**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PROJETO CATARSE. **O que é e como funciona o Catarse?**: O que é e como funciona o Catarse?. 2017. Disponível em: <<https://suporte.catarse.me/hc/pt-br/articles/201982466-O-que-e-e-como-funciona-o-Catarse->>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PUDENZI, Ana Gabriela Moreira. **Protagonismo feminino e consciência política: uma análise do papel da economia solidária na ação política da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e adjacências**. Dissertação de Mestrado (em ciências) – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SILVA, Sidélia Luiza de Paula. **Histórico da Economia Solidária no Brasil**, (2015) disponível em: <http://www.conpes.ufscar.br/gts/>. Acesso em : 02/mar/2017

SINGER, P. "**Economia solidária: um modo de produção e distribuição**", in P. Singer e A. R. Souza, A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego, São Paulo, Contexto. (2000).

_____. (2002). Introdução à economia solidária.

_____. (2013). O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. pp. 35-39

YUNUS NEGOCIOS SOCIAIS. **Grameen Bank**, 2016. Disponível em:<<http://www.yunusnegociossociais.com/muhammad-yunus>>. Acesso em: 05 mai. 2016

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “Economia Solidária”**. Outras Expressões 2012.